

ATA DE REUNIÃO nº 24

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ:

Comitê Gestor Regional para a Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e Comitê orçamentário de 1º Grau.

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 10/12/2020 Horário: 18hs

Local: Telepresencial – Cisco Webex

Reunião: 2ª Reunião Ordinária – Biênio 2020-2022

Objetivo: Discussão de temas de interesse do Comitê

3. PARTICIPANTES PRESENTES:

Membros Titulares:

- a. Desembargadora Sueli Tomé da Ponte
- b. Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho;
- c. Juíza Paula Becker Montibeller Job;
- d. Juíza Ana Cristina Magalhães Fontes Guedes;
- f. Servidor Luiz Antonio Loureiro Travain;
- g. Servidora Thaisa Évelin Trevizan Santos;
- h. Servidor Olizeo Lino Tissj;

O Servidor Rui Anaquim Pinto justificou previamente a sua ausência por motivo de compromisso anteriormente agendado.

II. Membros Suplentes:

- a. Juiz Régis Franco e Silva de Carvalho;
- b. Servidor Edson Yoshiaki Kawaoku;
- c. Servidor Rafael Muniz Leite.



III. Participantes:

- a. Juiz Bruno José Perusso, representante da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2);
- b. Servidor Tarcísio Ferreira, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD);

4. PAUTA

Discussões prévias sobre assuntos gerais; Seleção de temas e formação de grupos de trabalho e estudos;

5. REUNIÃO

5.1 Abertura

A reunião iniciou-se com a palavra da Exma. Desembargadora Coordenadora, Dra. Sueli Tomé, que informou os temas a serem analisados e a escolha dos temas pelos Membros do Comitê para realização de estudo em grupos específicos. Ao final da presente ata, constaremos os temas e os grupos formados por livre iniciativa dos membros. Foram selecionados os seguintes temas:

- 1) Equipamentos para possibilitar audiências híbridas em todas as varas - Res 341/2020 TST;
- 2) Mais 1 secretário de audiências com função em cada Vara. Transferência de servidores e funções comissionadas dos setores administrativos do Tribunal para as unidades jurisdicionais. Aplicação dos quantitativos de servidores e de FCs previstos pela Resolução 63/2010 do CSJT. Estudo de quantitativos de servidores e FCs dos setores administrativos e de cada unidade jurisdicional. Verificação da função comissionada para assistentes de juízes substitutos e para conciliadores dos Cejuscs.
- 3) Implementação de assistência à saúde suplementar (interesse de todo o TRT e não apenas do 1º grau)
- 4) Melhoria do sistema de trabalho dos oficiais de justiça junto às VTs – Em princípio, o retorno dos oficiais às VTs não seria possível em razão de normas do CNJ, mas melhorias podem ser estudadas e sugeridas pelo comitê

5) Remoção e Promoção de Magistrados: Buscar junto à direção do Tribunal avanço da normatização existente que permita de forma clara e geral, a visualização do acervo, no PJe, das unidades jurisdicionais em concurso de remoção ou promoção, pelos Magistrados devidamente inscritos para remoções e promoções a essas unidades.

6) Auxílios fixos:

- Ampliação do AF 1x1 em todas as VTs e solicitação para que o setor de Convocação de Juízes observe as normas de designação;
- Juízes mais antigos perdendo auxílio;
- Manter Auxílio Fixo em 2021 para solucionar as instruções represadas em razão da pandemia;
- Distribuição represada em razão da pandemia e suspensão da prescrição;

5.2 Debates gerais

Passou-se a palavra, em geral, aos demais membros do comitê. Tarcísio adentrou ao tema quanto à questão do auxílio saúde e à participação do presente comitê no orçamento. Discorreu quanto às regulamentações do CNJ aplicáveis ao tema e aos valores referentes ao custeio do benefício. Informou que os planos de saúde tiveram reajustes superiores que o benefício de auxílio saúde. Que é preciso uma política de recomposição orçamentária.

Em continuidade, a servidora Thaísa alertou quanto à atividade do Comitê Orçamentário.

O magistrado Carlos Abener reiterou a discussão quanto ao orçamento e à necessidade de estudo para a recomposição.

A magistrada Paula ressaltou a necessidade de realização de estudo para averiguar como estão procedendo com outros Regionais diante desse problema e, em seguida, sugerir melhorias.

O servidor Tarcísio ponderou quanto ao acompanhamento do orçamento 2022 e à necessidade de participação do comitê.

O servidor Olizeu, em continuidade, alertou quanto à questão que envolve o pagamento de benefícios aos oficiais de justiça.

Dra Paula, no que tange ao auxílio fixo, sugeriu análise quanto ao momento de sua implantação. A coordenadora do comitê, Dra. Sueli, explicou a questão que envolve a prioridade dos assuntos a serem tratados.

Dr. Régis sugeriu que o comitê acompanhe juntamente com a AMATRA, o que foi, também, sugerido pelo Dr. Carlos Abener.

Dra. Ana Fontes ressaltou, ainda, a questão que envolve a forma e modo de seleção dos Magistrados para o auxílio fixo

Em seguida, Dra Paula questionou quanto à questão que envolve o cômputo dos processos, se 2020 apenas ou o triênio, sugerindo a participação do comitê com a realização de estudo e sugestão de melhorias.

Dra. Sueli sugeriu o acompanhamento informal.

Dr, Bruno informou que não houve acordo entre AMATRA e TRTSP, mas que o TRTSP revogou a norma, não havendo, no momento, contra o que se insurgir. Que em razão desse fato, o presente quesito relacionado ao Auxilio Fixo ficará sobrestado para análise futura.

Pela Dra Ana Fontes, foi proposto o sobrestamento desse tema até fevereiro de 2021.

Dr. Régis salientou a dificuldade em alterar a norma depois de publicada, se aguardar até fevereiro de 2021.

Pela servidora Thaísa foi questionada a participação deste comitê em outros comitês desse Regional. Dr. Carlos e Dr. Régis ressaltaram, também, a necessidade de participação deste comitê em outros comitês. Dr. Carlos asseverou que basta solicitar informações, apenas, e não solicitar uma cadeira nos demais comitês.

Tarcísio destacou a necessidade de solicitar informações para sermos cientificados das medidas em estudo, eventuais dúvidas e esclarecimentos.

Dra. Sueli ressaltou a importância de sermos informados quanto aos atos importantes do Regional.

A respeito do tema ficou deliberado que, dentro da atuação de cada grupo temático, o comitê poderá solicitar informações aos demais comitês mediante ofício.

Quanto ao tema promoções e visibilidade PJE, a Dra. Paula informou que já há estudos quanto a promoções. Dra Sueli, por sua vez, informou que há acesso às estatísticas. mas que é importante a visibilidade integral da unidade.

Dr. Bruno ressaltou os trabalhos realizados no TRT09 e entende viável a realização de um estudo pelo presente comitê relacionado à questão das promoções. Que, com relação às promoções por merecimento, há um grupo de estudo específico do qual faz parte a AMATRA, não sendo necessário assento deste comitê na comissão de estudos, pois quaisquer informações e sugestões poderão ser levadas àquela comissão diretamente por esse comitê.

Dra. Sueli reforçou a necessidade dos estudos.

Tháísa sugeriu a realização de uma agenda prévia com datas para as reuniões. Dra. Sueli informou que, em princípio, fica definida a realização de reuniões bimestralmente em razão dos vários estudos a serem iniciados quanto aos temas propostos.

5.3 GRUPOS DE TRABALHO – COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.

1) Equipamentos para possibilitar audiências híbridas em todas as varas - Res 341/2020 TST

- Dra. PAULA
- Dra. ANA FONTES
- THAISA
- Dr. CARLOS
- Dr. BRUNO
- LUIZ

2) Mais 1 secretário de audiências com função em cada Vara. Transferência de servidores e funções comissionadas dos setores administrativos do Tribunal para as unidades jurisdicionais. Aplicação dos quantitativos de servidores e de FCs previstos pela Resolução 63/2010 do CSJT. Estudo de quantitativos de servidores e FCs dos setores administrativos e de cada unidade jurisdicional. Verificação da função comissionada para assistentes de juízes substitutos e para conciliadores dos Cejuscs.

- Dra. ANA FONTES
- Dra. PAULA



- THAISA
- Dr. CARLOS
- Dr. BRUNO
- TARCISIO
- EDSON
- RAFAEL
- LUIZ
- Dr. REGIS
- ELTON

3) implementação de assistência à saúde suplementar (interesse de todo o TRT e não apenas do 1o grau)

- Dra. PAULA
- Dr. BRUNO
- Dr. CARLOS
- TARCISIO
- OLIZEO
- THAISA
- LUIZ
- ELTON

4) Melhoria do sistema de trabalho dos oficiais de justiça junto às VTs – Em princípio, o retorno dos oficiais às VTs não seria possível em razão de normas do CNJ, mas melhorias podem ser estudadas e sugeridas pelo comitê.

- Dra. ANA FONTES
- OLIZEO
- EDSON
- TARCISIO



- THAISA
- RAFAEL
- Dr. BRUNO
- Dr. CARLOS
- LUIZ
- ELTON

5) Remoção e Promoção de Magistrados: Buscar junto à direção do Tribunal avanço da normatização existente que permita de forma clara e geral, a visualização do acervo, no PJe, das unidades jurisdicionais em concurso de remoção ou promoção, pelos Magistrados devidamente inscritos para remoções e promoções a essas unidades.

- Dra. PAULA
- Dra. ANA FONTES
- Dr. BRUNO
- Dr. CARLOS
- Dr. REGIS

6) – **sobrestado para fevereiro** - Auxílios Fixos (Sobrestado para o mês de fevereiro/21, por deliberação)

- Ampliação do AF 1x1 em todas as VTs e solicitação para que o setor de Convocação de Juízes observe as normas de designação;

- Juízes mais antigos perdendo auxílio;

- Manter Auxílio Fixo em 2021 para solucionar as instruções represadas em razão da pandemia;

- Distribuição represada em razão da pandemia e suspensão da prescrição.

- Dra. PAULA
- Dra. ANA FONTES
- Dr. BRUNO

- Dr. CARLOS
- Dr. REGIS

5. ENCERRAMENTO

A Exma. Des. Coordenadora do comitê, Dra. Sueli Tomé, realizou o encerramento com agradecimento a todos os participantes.

A próxima reunião será agendada e comunicada oportunamente.

6. Assinatura/data

São Paulo, 10/12/2020

Sueli Tomé da Ponte
Desembargadora Coordenadora